



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
SECRETARIA DA CÂMARA



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2019

BASE LEGAL – Art. 24, Inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

REGIME – EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL

OBJETO – AQUISIÇÃO DE CERTIFICAÇÃO DIGITAL PARA A CÂMARA M. DE SIMÕES FILHO.

EMPRESA – SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO).



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA

PORTARIA N° 001/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno, e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno.

CONSIDERANDO a necessidade de efetuar os procedimentos licitatórios, conforme determina a Lei n° 8666/93.

RESOLVE:


Artigo 1º Fica constituída a **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**, pelo prazo de 01 (um) ano, prorrogável por igual período, nomeando-se os seguintes Membros para o período acima, podendo os mesmos serem reconduzidos por igual período, sob a Presidência: Jusair Gonçalves Silva, e membros: Elder Celestino de Paula e Evilazio Coutinho da Anunciação.

Art. 2º Ficam igualmente nomeados os servidores: Maizê Santana dos Santos, Solange Ferreira Rocha, para suplentes dos membros da **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**, mencionados no artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor com data retroativa a 02 (dois) de janeiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, 03 de janeiro de 2019.


ORLANDO CARVALHO DE SOUZA
PRESIDENTE
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

Câmara Municipal de Simões Filho
CONFERE COM O ORIGINAL
Em 16/01/19


Elder Celestino de Paula
MEMBRO



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
SECRETARIA DA CÂMARA



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019.

Simões Filho, 16 de janeiro de 2019.

Da: Diretoria de Administração Geral
Para: O Diretor Financeiro

Assunto: Aquisição de 01 (um) certificado digital modelo e-CPF A3 + TOKEN e 01 (um) certificado digital modelo e-CNPJ A3 + TOKEN, ambos com validade de 03 (três) anos, para a Câmara Municipal de Simões Filho.

Prezado Senhor:

Venho por meio desta, solicitar a Vossa Senhoria, informações quanto à existência de previsão orçamentária para efetuar a despesa acima mencionada, através da empresa SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO). O menor valor conforme orçamentos, em anexo, foi de R\$ 831,00 (oitocentos e trinta e um reais) a ser pago em única parcela. Assim solicito também, na oportunidade, que nos discrimine a dotação orçamentária que correrá tal despesa.

Atenciosamente,

Edson de Almeida Souza
Diretor de Administração Geral



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MAPA COMPARATIVO DE PREÇOS - DISPENSA 003/2019

Itens	ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS	EMPRESAS CONCORRENTES		
		SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS	SERASA EXPERIAN	CERTISIGN
		VALOR GLOBAL	VALOR GLOBAL	VALOR GLOBAL
1	01 (um) certificado digital modelo e-CPF A3 + TOKEN	R\$ 383,00	R\$ 439,00	R\$ 432,00
2	01 (um) certificado digital modelo e-CNPJ A3 + TOKEN	R\$ 448,00	R\$ 539,00	R\$ 560,00
	TOTAL	R\$ 831,00	R\$ 978,00	R\$ 992,00

NOTA: Diante dos preços acima descritos, verificou-se que a empresa "SERPRO - SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS", ofereceu para a Administração o menor valor global de R\$ 831,00 (Oitocentos e trinta e um reais).



e-CPF

Meu Certificado Perdi o Acesso Outras Funções Repositório Informações

Você está aqui: Inicial \ Meu Certificado \ Solicitar

Seleção do Tipo de Certificado desejado

Pessoa Física



PF A1 - R\$ 164.00

Certificado Digital para Pessoas Físicas, gerado e armazenado no próprio computador. Este tipo não necessita de um Token ou SmartCard.



PF A1 (Institucional)

Certificado digital para pessoas físicas de clientes que possuem contrato com o Serpro, gerado e armazenado no próprio computador.



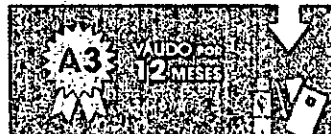
PF A3 - R\$ 267.00

Certificado Digital para Pessoas Físicas, gerado e armazenado em dispositivo criptográfico (Token)/(SmartCard) homologado pela ICP-Brasil. (Sem fornecimento de Token/Smart Card)



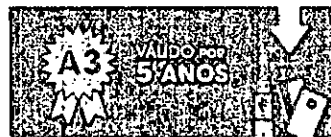
PF A3 (1 ano com Token) - R\$ 254.98

Certificado Digital para Pessoas Físicas, com validade de 1 ano. Para este certificado o dispositivo criptográfico (Token) será fornecido pela Autoridade de Registro.



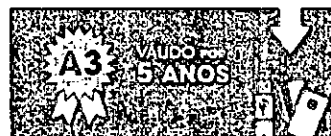
PF A3 (1 ano) - R\$ 164.00

Certificado Digital para Pessoas Físicas, gerado e armazenado em dispositivo criptográfico (Token)/(SmartCard) homologado pela ICP-Brasil, com validade de 1 ano.



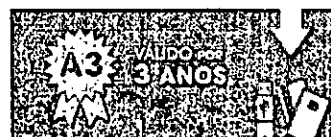
PF A3 (5 anos com Token) - R\$ 453.53

Certificado Digital para Pessoas Físicas. Para este certificado o dispositivo criptográfico (Token) será fornecido pela Autoridade de Registro.



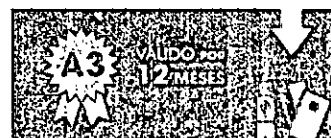
PF A3 (5 anos) - R\$ 335.00

Certificado Digital para Pessoas Físicas, gerado e armazenado em dispositivo criptográfico (Token)/(SmartCard) homologado pela ICP-Brasil.



PF A3 (Cartão)

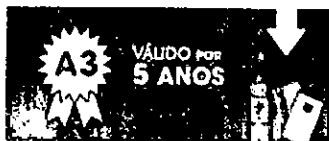
Certificado digital para pessoas físicas com fornecimento de cartão.



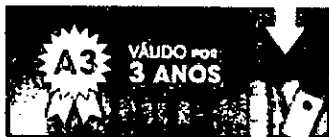
PF A3 (Institucional - 1 ano)

Certificado digital para Pessoas Físicas de clientes que possuem contrato com o Serpro, com validade de 1 ano.



**PF A3 (Institucional 5 anos)**

Certificado para pessoas físicas de clientes que possuem contrato com o Serpro, com validade de 5 anos.

**PF A3 (Institucional com Logon - 3 anos)**

Certificado Digital de Pessoa Física para clientes que possuem contrato com o Serpro. Válido por 3 anos. Para este certificado, não será fornecido pela Autoridade de Registro o dispositivo criptográfico.

**PF A3 (Institucional com Logon - 5 anos)**

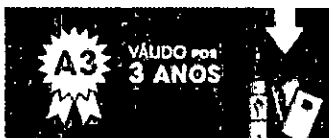
Certificado Digital para Pessoas Físicas de clientes que possuem contrato com o Serpro, com validade de 5 anos.

**PF A3 (Institucional com Token - 1 ano)**

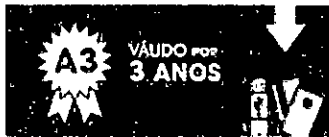
Certificado digital para Pessoas Físicas de clientes que possuem contrato com o Serpro, com validade de 1 ano. Para este certificado o dispositivo criptográfico será fornecido pela Autoridade de Registro.

**PF A3 (Institucional com Token e Logon - 5 anos)**

Certificado Digital para Pessoas Físicas de clientes que possuem contrato com o Serpro, com validade de 5 anos. Para este certificado o dispositivo criptográfico será fornecido pela Autoridade de Registro.

**PF A3 (Institucional com Token e Logon)**

Certificado Digital para Pessoas Físicas de clientes que possuem contrato com o Serpro. Para este certificado o dispositivo criptográfico será fornecido pela Autoridade de Registro.

**PF A3 (Institucional com Token)**

Certificado Digital para Pessoas Físicas de clientes que possuem contrato com o Serpro. Para este certificado o dispositivo criptográfico será fornecido pela Autoridade de Registro.

**PF A3 (Institucional com token - 5 anos)**

Certificado Digital para pessoas físicas de clientes que possuem contrato com o Serpro, com validade de 5 anos. Para este certificado o dispositivo criptográfico será fornecido pela Autoridade de Registro.

**PF A3 (Institucional)**

Certificado Digital para Pessoas Físicas de clientes que possuem contrato com o Serpro, gerado e armazenado em dispositivo criptográfico (Token)/(SmartCard) homologado pela ICP-Brasil.

**PF A3 (Token) - R\$ 383,00**

Certificado Digital para Pessoas Físicas com fornecimento de Token. Para este certificado o dispositivo criptográfico (Token) será fornecido pela Autoridade de Registro.

**PF A3 - INSS**

Certificados do tipo A3, exclusivo para funcionários do INSS.

Pessoa Jurídica





OFERTAS E ATENDIMENTO PARA BAHIA > CONHEÇA TAMBÉM >

CERTIFICADO DIGITAL >
COMPRAR

e-CPF e CNPJ PARA PEQUENA EMPRESA PARA NF-e PARA CT-e REMOTEIDO AB > CFM > TODOS OS CERTIFICADOS
DÚVIDAS EM QUAL COMPRAR? DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA VALIDAÇÃO QUE É CERTIFICADO DIGITAL? RENOVAR >

PRODUTOS > ASSINATURA DE CÓDIGO BIOMETRIA CARIMBO DO TEMPO CERTIFICADO DE ATRIBUTO CERTISIGN LOGIN CERTISIGN e-MAIL SEGURO
e-MAIL SEGURO PESSOAL HARDWARE AVULSO MERCADO FINANCEIRO MÓVEL ID MPKI SSL ONE BUY PORTAL DE ASSINATURAS SSL SERVIÇOS
CONSULTORIA > SOLUÇÕES > PARCERIAS >
NEGÓCIOS CORPORATIVOS CASOS DE SUCESSO e-COMMERCE FINANÇAS SAÚDE EDUCAÇÃO ALIANÇAS ESTRATÉGICAS INTEGRE NOSSA REDE
DÚVIDAS E SUPORTE INSTITUCIONAL

e-CPF A3 Token
Validade: 36 meses
COMPRAR



Ofertas e atendimento variam conforme a localidade selecionada. [Trocar o local.](#)

R\$ em até 10X de R\$ 43,20

O que é? Aplicações Indicação Tipos de Certificado Mais informações Normativas

O e-CPF é a Identidade Digital da Pessoa Física no meio eletrônico, também conhecido como CPF Digital.

Para adquirir 15 ou mais Certificados Digitais e/ou mídias criptográficas, [clique aqui.](#)

Veja também

E-CNPJ

NF-E

PORTAL DE ASSINATURAS

DÚVIDAS EM QUAL COMPRAR?

PRECISA RENOVAR?

- Assistente Virtual >
- Agende sua validação >
- Prepare seu computador >
- Teste seu Certificado >

Documentos Necessários para validação/emissão

Mapa do site

A CERTISIGN

CERTIFICADO DIGITAL

PRODUTOS E SERVIÇOS > SOLUÇÕES

PARCERIAS

- Área de Conhecimento
- Fale com a Certisign
- Políticas
- Repositórios
- Sala de Imprensa
- História e Missão
- Trabalhe Conosco

- Comprar
- Dúvidas em Qual Comprar
- Renovar
- O que é

- Assinatura de Código
- Carimbo do Tempo
- Certificado de Atributo
- Certisign Login
- Certisign e
- Consultoria
- e-Mail Seguro
- e-Mail Seguro Pessoal
- Hardware avulso

- Casos de Sucesso e-Commerce
- Finanças
- Saúde

- Alianças Estratégicas
- Integra nossa rede
- DÚVIDAS E SUPORTE
- Certificado Digital
- Certificado para Servidor
- Downloads
- Mídias, senhas e cuidados
- Instalador Certisign
- Perguntas frequentes



OFERTAS E ATENDIMENTO PARA BAHIA > CONHEÇA TAMBÉM >

☰ CERTIFICADO DIGITAL >

COMPRAR

e-CPF e CNPJ PARA PEQUENA EMPRESA PARA NF-e PARA CT-e REMOTEÍDO AB e CFM e TODOS OS CERTIFICADOS
DÚVIDAS EM QUAL COMPRAR? DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA VALIDAÇÃO QUE É CERTIFICADO DIGITAL? RENOVAR e

PRODUTOS E SERVIÇOS >

PRODUTOS

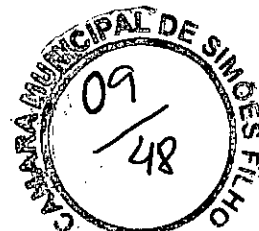
ASSINATURA DE CÓDIGO BIOMETRIA CARIMBO DO TEMPO CERTIFICADO DE ATRIBUTO CERTISIGN LOGIN CERTISIGN e-MAIL SEGURO
e-MAIL SEGURO PESSOAL HARDWARE AVULSO MERCADO FINANCEIRO MOBILE ID MPKI SSL ONE BUY PORTAL DE ASSINATURA SSL SERVIÇOS

CONSULTORIA

SOLUÇÕES >

PARCERIAS >

NEGÓCIOS CORPORATIVOS CASOS DE SUCESSO e COMMERCE FINANÇASSAÚDE EDUCAÇÃO ALIANÇAS ESTRATÉGICAS INTEGRAR NOSSA REDE
DÚVIDAS E SUPORTE INSTITUCIONAL





Meu Carrinho

Cadastro | Você possui 1 itens

Meu Carrinho

Identificação

Dados de Faturamento

Parcelamento

Políticas e Agendamento

Meu Carrinho

Tipo	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Total R\$
	e-CPF A3 com token - AC Certisign RFB		R\$432,00	R\$432,00
Total:				R\$ 432,00

Certisign é uma marca registrada da Certisign Certificadora Digital S.A. 2017 - Todos os direitos reservados. Versão: 4.2.0 Linha: pinhelros5



Saia tranquilo para suas

férias

Compre o seu Certificado Digital e não se preocupe com seus compromissos fiscais.

Renovar

Comprar

Escolha seu Certificado e pague em até 21 dias no boleto

Certificado

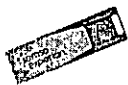
- e-CNPJ
- e-CPF
- NF-e
- Protectweb SSL

Dispositivo

- Cartão
- Kit Leitora
- Token
- A1 - Arquivo

Qual certificado devo comprar? (/assistente-de-compra)

e-CPF/0646/e-CPF-A3-36-MESES-TOKEN



e-CPF token

Validade
36 meses

+ 30 dias de AntiFraude GRÁTIS
(/comprouganhou/)
de R\$ 505 por R\$ 439,00
No boleto ou 12x de R\$ 36,58 no cartão

Comprar

(<https://compra.certificadodigital.com.br/loja/#/identificacao/>)



Pessoa

jurídica

O certificado vinculado a empresas emitido para o representante legal da empresa.

(/ecnpj/)

Pessoa

física

A sua identidade digital que permite realizar operações na internet com a mesma validade do CPF físico.

(/ecpf/)

e-CNPJ

Meu Certificado Perdi o Acesso Outras Funções Repositório Informações

Você está aqui: Inicial \ Meu Certificado \ Solicitar

Seleção do Tipo de Certificado desejado

Pessoa Física

Pessoa Jurídica



PJ A1 - R\$ 225.00

Certificado para Pessoas Jurídicas, gerado e armazenado no próprio computador. Este tipo não necessita de um Token ou SmartCard.



PJ A1 (Institucional)

Certificado para Pessoas Jurídicas, destinado a clientes que possuem contrato com o Serpro, gerado e armazenado no próprio computador. Este tipo não necessita de um Token ou SmartCard.



PJ A3 - R\$ 330.00

Certificado Digital para Pessoas Jurídicas, gerado e armazenado em dispositivo criptográfico (Token)/(SmartCard) homologado pela ICP-Brasil. (Sem fornecimento de Token/Smart Card)



PJ A3 (1 ano com Token) - R\$ 328.13

Certificado Digital para Pessoas Jurídicas, com validade de 1 ano. Para este certificado o dispositivo criptográfico (Token) será fornecido pela Autoridade de Registro.



PJ A3 (1 ano) - R\$ 225.00

Certificado Digital para Pessoas Jurídicas, gerado e armazenado em dispositivo criptográfico (Token)/(SmartCard) homologado pela ICP-Brasil, com validade de 1 ano.



PJ A3 (5 anos Institucional)

Certificado Digital para Pessoas Jurídicas destinado a clientes que possuem contrato com o Serpro, gerado e armazenado em dispositivo criptográfico (Token)/(SmartCard) homologado pela ICP-Brasil.



PJ A3 (5 anos com Token) - R\$ 599.83

Certificado Digital para Pessoas Jurídicas. Para este certificado o dispositivo criptográfico (Token) será fornecido pela Autoridade de Registro.



PJ A3 (5 anos) - R\$ 475.00

Certificado Digital para Pessoas Jurídicas, gerado e armazenado em dispositivo criptográfico (Token)/(SmartCard) homologado pela ICP-Brasil.



PJ A3 (5 anos, Institucional com Token)

Certificado Digital para Pessoas Jurídicas destinado a clientes que possuem contrato com o Serpro. Para este certificado o dispositivo criptográfico (Token) será fornecido pela Autoridade de Registro.

**PJ A3 (Cartão)**

Certificado digital para pessoas jurídicas com fornecimento de cartão.

**PJ A3 (Institucional com Token)**

Certificado Digital para Pessoas Jurídicas destinado a clientes que possuem contrato com o Serpro. Para este certificado o dispositivo criptográfico (Token) será fornecido pela Autoridade de Registro.

**PJ A3 (Institucional)**

Certificado Digital para Pessoas Jurídicas destinado a clientes que possuem contrato com o Serpro, gerado e armazenado em dispositivo criptográfico (Token)/(SmartCard) homologado pela ICP-Brasil.

**PJ A3 (Token) - R\$ 448.00**

Certificado Digital para Pessoas Jurídicas. Para este certificado o dispositivo criptográfico (Token) será fornecido pela Autoridade de Registro.



OFERTAS E ATENDIMENTO PARA AQUILO QUE NÃO É CERTIFICADO DIGITAL

Q CERTIFICADO DIGITAL >
COMPRAR

e-CPF e CNPJ PARA PEQUENA EMPRESA PARA NF-e PARA CT-e REMOTE ID OAB e CFM e TODOS OS CERTIFICADOS
DÚVIDAS EM QUAL COMPRAR? DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA VALIDAÇÃO QUE É CERTIFICADO DIGITAL? RENOVAR e

PRODUTOS E SERVIÇOS >
ASSINATURA DE CÓDIGO BIOMÉTRICO CARIMBO DO TEMPO CERTIFICADO DE ATRIBUTO CERTISIGN LOGO CERTISIGN e-MAIL SEGURO
e-MAIL SEGURO PESSOAL HARDWARE AVULSO MERCADO FINANCEIRO MOBILE ID MPKI SSL ONEBUY PORTAL DE ASSINATURAS SSL SERVIÇOS

SOLUÇÕES >
NEGÓCIOS CORPORATIVOS CASOS DE SUCESSO e-Commerce FINANÇAS SAÚDE EDUCAÇÃO ALIANÇAS ESTRATÉGICAS INTEGRE NOSSA REDE

Integre nossa rede
Mercado Financeiro
mobileID
MPKI SSL
Onebuy
Portal de Assinaturas
SSL

Prepare seu computador
Sistemas Homologados



Meu Carrinho

Identificação

Dados de Faturamento

Pagamento

Titularidade e Agendamento

Meu Carrinho

Tipo	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Total R\$
	e-CNPJ A3 com token - AC Certisign RFB		R\$560,00	R\$560,00
Total:				R\$ 560,00

Certisign é uma marca registrada da Certisign Certificadora Digital S.A.
 2017 - Todos os direitos reservados. Versão: 4.2.0 Linha: pinhelrosa



Saia tranquilo para suas

férias

Compre o seu Certificado Digital e não se preocupe com seus compromissos fiscais.

Renovar

Comprar

Escolha seu Certificado e pague em até 21 dias no boleto

Certificado

- e-CNPJ
- e-CPF
- NF-e
- Protectweb SSL

Dispositivo

- Cartão
- Kit Leitora
- Token
- A1 - Arquivo

Qual certificado devo comprar? (/assistente-de-compra)

e-CNPJ/0650/e-CNPJ-A3-36-MESES-TOKF



e-CNPJ token

Validade
36 meses

+ 30 dias de AntiFraude GRÁTIS
(comprou ganhou!)

de R\$ 619 por R\$ 539,00

Não boleto ou 12x de R\$ 44,92 no cartão

Comprar

<https://compra.certificadodigital.com.br/loja/#/identificacao/>



Pessoa

jurídica

O certificado vinculado a empresas, emitido para o representante legal da empresa.

(/ecnpj/)

Pessoa

física

A sua identidade digital que permite realizar operações na internet com a mesma validade do CPF físico.

(/ecpf/)



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
SECRETARIA DA CÂMARA



PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019.

Simões Filho, 16 de janeiro de 2019.


Da: Diretoria de Finanças
Para: O Diretor de Administração Geral

Senhor Diretor:

Em resposta à solicitação formulada por Vossa Senhoria a respeito da existência de dotação orçamentária para aquisição de certificações digital modelo e-CPF A3 e e-CNPJ A3, ambas com TOKEN e validade de três anos, para a Câmara Municipal de Simões Filho. No ensejo, informo que existe previsão orçamentária para a contratação solicitada e fica reservado o valor de R\$ 831,00 (oitocentos e trinta e um reais). As dotações orçamentárias são:

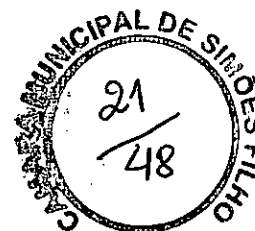
Órgão/Unidade: 01.01.001 – Câmara Municipal de Simões Filho
Atividade: 01.031.001.2001 – Gestão das Ações das Atividades da Câmara
Elemento de Despesa: 33.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica

Atenciosamente,


Djairo Damaceno Chagas
Diretora Financeira



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
Secretaria da Câmara



PEDIDO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2019.

Simões Filho, 16 de janeiro de 2019.

Ao
Exmo. Sr. Orlando Carvalho de Souza
Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho

Senhor Presidente:

Em razão da necessidade de adquirir 01 (um) certificado digital modelo e-CPF A3 + TOKEN e 01 (um) certificado digital modelo e-CNPJ A3 + TOKEN, ambos com validade de 03 (três) anos, para a Câmara Municipal de Simões Filho, visando garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica dos documentos eletrônicos, principalmente, na comunicação entre a Secretaria da Receita Federal do Brasil e o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), venho por meio deste, solicitar de Vossa Excelência que se digne autorizar a contratação da empresa SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO), CNPJ Nº 33.683.111/0001-07, por meio de dispensa de licitação, uma vez que entre as empresas pesquisadas, para os modelos referenciados. A empresa SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS cumpre as exigências quanto à infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (IPC-Brasil).

Informamos ainda a Vossa Excelência, que o valor global de R\$ 831,00 (oitocentos e trinta e um reais) apresentado pela empresa SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO) ficou abaixo do limite de 10% expresso no inciso II, alínea "a", do artigo 23 da Lei Federal 8.666/93, conforme proposta de preços anexa, se enquadrando tal despesa, em um dos casos de dispensa de licitação, o qual se encontra legalmente amparado no artigo 24, inciso II da Lei Federal de Licitações, que listamos:

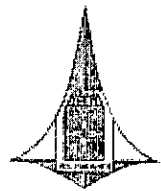
Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

Na oportunidade, encaminhamos este pedido de dispensa de licitação, com base no artigo e inciso acima elencados, ao senhor Presidente desta Casa Legislativa, para que faça análise e se o interessar em deferir, que envie ao setor jurídico a fim de emitir parecer e se o interesse for pelo indeferimento, pedimos por gentileza, que o faça o mais breve possível, pois assim, buscaremos outras medidas cabíveis.

Atenciosamente,

Edson de Almeida Souza
Diretor de Administração Geral



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA



CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 035-00.099.078/2019
NOME : SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
ENDEREÇO : SGAN QUADRA 601 MÓDULO V
CIDADE : ASA NORTE
CPF :
CNPJ : 33.683.111/0001-07
CF/DF : 0733474300103 - ATIVA
FINALIDADE : VERIFICAÇÃO DE DÉBITOS

CERTIFICAMOS QUE

HA DÉBITOS VINCENDOS DE IPVA .

HA DÉBITOS VINCENDOS DE IPTU .

HA DÉBITOS VINCENDOS DE TLP .

CONSTA(M) DÉBITO(S) SUSPENSO(S) POR RECURSO JUDICIAL.

Pelos débitos acima responde solidariamente o adquirente, com base no art. 130 da Lei 5172/66 – CTN.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

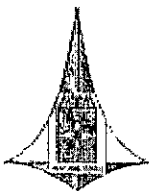
Esta certidão abrange consulta a todos os débitos, inclusive os relativos à Dívida Ativa.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

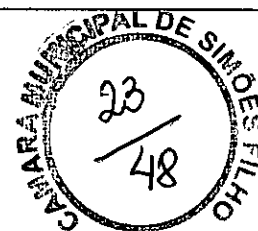
Válida até 17 de Abril de 2019.

Brasília, 17 de Janeiro de 2019.

Certidão emitida via internet às 14:23:21 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

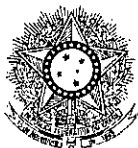


VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº DA CERTIDÃO : 035000990782019
ARGUMENTO DE PESQUISA : 33683111000107
RESULTADO DA CERTIDÃO : CERTIDAO POSITIVA DE DEBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA
HORÁRIO DA EMISSÃO : 14:23:21
DATA DA EMISSÃO : 17/01/2019
DATA DA VALIDADE : 17/04/2019
FINALIDADE : VERIFICAÇÃO DE DÉBITOS
EMITIDA POR : INTERNET

Brasília, 17 de Janeiro de 2019.

Validação de Certidão realizada no endereço www.fazenda.df.gov.br



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 33.683.111/0001-07

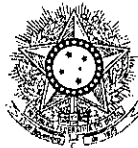
Certidão nº: 166388778/2019

Expedição: 17/01/2019, às 14:20:28

Validade: 15/07/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
33.683.111/0001-07, CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas
no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade
suspensa:

0160900-28.1993.5.01.0008 - TRT 01ª Região *
0144200-36.1991.5.01.0011 - TRT 01ª Região *
0119500-57.2009.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0001412-34.2012.5.01.0020 - TRT 01ª Região *
0062600-36.1991.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0225200-23.1999.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0047500-67.1993.5.01.0030 - TRT 01ª Região *
0003800-77.1994.5.01.0039 - TRT 01ª Região *
0053300-63.1995.5.01.0044 - TRT 01ª Região *
0221900-70.1997.5.01.0046 - TRT 01ª Região *
0126800-84.1994.5.01.0049 - TRT 01ª Região *
0000248-96.2012.5.01.0064 - TRT 01ª Região *
0158000-61.2006.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
0076100-87.2005.5.02.0018 - TRT 02ª Região **
0013700-31.2005.5.02.0020 - TRT 02ª Região *
0204700-25.1989.5.02.0039 - TRT 02ª Região *
0232400-92.1991.5.03.0001 - TRT 03ª Região *
0052600-51.2003.5.04.0003 - TRT 04ª Região *
0046600-20.2008.5.04.0016 - TRT 04ª Região *
0101800-03.2008.5.04.0019 - TRT 04ª Região *
0095700-29.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0112100-21.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0001029-03.2011.5.04.0022 - TRT 04ª Região *
0000709-70.2013.5.04.0025 - TRT 04ª Região *
0050200-75.2006.5.04.0030 - TRT 04ª Região *
0178200-67.2008.5.04.0404 - TRT 04ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



0064900-32.2008.5.04.0662 - TRT 04ª Região *

0115100-14.2008.5.04.0801 - TRT 04ª Região **

0001365-06.2012.5.05.0002 - TRT 05ª Região *

0001136-74.2011.5.05.0004 - TRT 05ª Região **

0224100-97.1990.5.05.0009 - TRT 05ª Região **

0313700-77.1991.5.05.0015 - TRT 05ª Região *

0001102-23.2012.5.05.0018 - TRT 05ª Região *

0000393-36.2013.5.05.0023 - TRT 05ª Região *

0093600-23.2008.5.05.0037 - TRT 05ª Região *

0001344-56.2011.5.05.0037 - TRT 05ª Região *

0061900-28.2005.5.05.0039 - TRT 05ª Região *

0001464-40.2012.5.06.0004 - TRT 06ª Região *

0125000-29.2005.5.06.0006 - TRT 06ª Região *

9157900-11.2002.5.06.0007 - TRT 06ª Região *

0001347-90.2010.5.06.0013 - TRT 06ª Região *

0000319-07.2012.5.07.0008 - TRT 07ª Região **

0640500-78.1997.5.09.0005 - TRT 09ª Região *

1681900-22.1997.5.09.0016 - TRT 09ª Região *

0610200-08.2008.5.09.0019 - TRT 09ª Região *

0430600-66.2007.5.09.0664 - TRT 09ª Região **

0001680-81.2012.5.10.0006 - TRT 10ª Região *

0102700-42.1996.5.15.0005 - TRT 15ª Região **

0015900-60.1997.5.15.0042 - TRT 15ª Região *

0069200-24.2003.5.15.0042 - TRT 15ª Região *

0096200-72.2006.5.15.0113 - TRT 15ª Região **

0008700-61.2003.5.17.0001 - TRT 17ª Região *

0165200-41.1992.5.17.0002 - TRT 17ª Região *

0130400-37.2005.5.20.0005 - TRT 20ª Região *

0180100-45.2006.5.20.0005 - TRT 20ª Região **

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 55.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

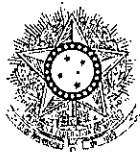


A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



**CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS
COM EFEITO DE NEGATIVA**

Nome: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)
(MATRIZ E FILIAIS) CNPJ: 33.683.111/0001-07

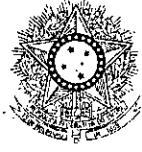
Certidão nº: 166388778/2019

Expedição: 17/01/2019, às 14:20:28

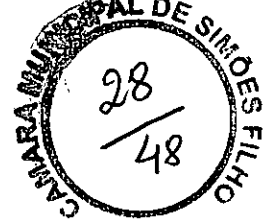
Validade: 15/07/2019 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**
(MATRIZ E FILIAIS), inscrito(a) no CNPJ sob o nº
33.683.111/0001-07, CONSTA do Banco Nacional de Devedores
Trabalhistas em face do inadimplemento de obrigações estabelecidas
no(s) processo(s) abaixo, com débito garantido ou exigibilidade
suspensa:

0160900-28.1993.5.01.0008 - TRT 01ª Região *
0144200-36.1991.5.01.0011 - TRT 01ª Região *
0119500-57.2009.5.01.0013 - TRT 01ª Região *
0001412-34.2012.5.01.0020 - TRT 01ª Região *
0062600-36.1991.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0225200-23.1999.5.01.0029 - TRT 01ª Região *
0047500-67.1993.5.01.0030 - TRT 01ª Região *
0003800-77.1994.5.01.0039 - TRT 01ª Região *
0053300-63.1995.5.01.0044 - TRT 01ª Região *
0221900-70.1997.5.01.0046 - TRT 01ª Região *
0126800-84.1994.5.01.0049 - TRT 01ª Região *
0000248-96.2012.5.01.0064 - TRT 01ª Região *
0158000-61.2006.5.01.0511 - TRT 01ª Região *
0076100-87.2005.5.02.0018 - TRT 02ª Região **
0013700-31.2005.5.02.0020 - TRT 02ª Região *
0204700-25.1989.5.02.0039 - TRT 02ª Região *
0232400-92.1991.5.03.0001 - TRT 03ª Região *
0052600-51.2003.5.04.0003 - TRT 04ª Região *
0046600-20.2008.5.04.0016 - TRT 04ª Região *
0101800-03.2008.5.04.0019 - TRT 04ª Região *
0095700-29.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0112100-21.2008.5.04.0020 - TRT 04ª Região *
0001029-03.2011.5.04.0022 - TRT 04ª Região *
0000709-70.2013.5.04.0025 - TRT 04ª Região *
0050200-75.2006.5.04.0030 - TRT 04ª Região *
0178200-67.2008.5.04.0404 - TRT 04ª Região *



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



0064900-32.2008.5.04.0662 - TRT 04ª Região *

0115100-14.2008.5.04.0801 - TRT 04ª Região **

0001365-06.2012.5.05.0002 - TRT 05ª Região *

0001136-74.2011.5.05.0004 - TRT 05ª Região **

0224100-97.1990.5.05.0009 - TRT 05ª Região **

0313700-77.1991.5.05.0015 - TRT 05ª Região *

0001102-23.2012.5.05.0018 - TRT 05ª Região *

0000393-36.2013.5.05.0023 - TRT 05ª Região *

0093600-23.2008.5.05.0037 - TRT 05ª Região *

0001344-56.2011.5.05.0037 - TRT 05ª Região *

0061900-28.2005.5.05.0039 - TRT 05ª Região *

0001464-40.2012.5.06.0004 - TRT 06ª Região *

0125000-29.2005.5.06.0006 - TRT 06ª Região *

9157900-11.2002.5.06.0007 - TRT 06ª Região *

0001347-90.2010.5.06.0013 - TRT 06ª Região *

0000319-07.2012.5.07.0008 - TRT 07ª Região **

0640500-78.1997.5.09.0005 - TRT 09ª Região *

1681900-22.1997.5.09.0016 - TRT 09ª Região *

0610200-08.2008.5.09.0019 - TRT 09ª Região *

0430600-66.2007.5.09.0664 - TRT 09ª Região **

0001680-81.2012.5.10.0006 - TRT 10ª Região *

0102700-42.1996.5.15.0005 - TRT 15ª Região **

0015900-60.1997.5.15.0042 - TRT 15ª Região *

0069200-24.2003.5.15.0042 - TRT 15ª Região *

0096200-72.2006.5.15.0113 - TRT 15ª Região **

0008700-61.2003.5.17.0001 - TRT 17ª Região *

0165200-41.1992.5.17.0002 - TRT 17ª Região *

0130400-37.2005.5.20.0005 - TRT 20ª Região *

0180100-45.2006.5.20.0005 - TRT 20ª Região **

* Débito garantido por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

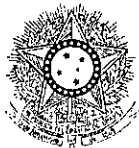
** Débito com exigibilidade suspensa.

Total de processos: 55.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO



A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

A Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, com os mesmos efeitos da negativa (art. 642-A, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho), atesta a existência de registro do CPF ou do CNPJ da pessoa sobre quem versa a certidão no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, cujos débitos estejam com exigibilidade suspensa ou garantidos por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes.

IMPRIMIR VOLTAR

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

Inscrição: 33683111/0001-07
Razão Social: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS SERPRO
Nome Fantasia: SERPRO SEDE
Endereço: SGAN QUADRA 601 MÓDULO V LOTES 5 6 / ASA NORTE / BRASÍLIA / DF / 70836-900

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/01/2019 a 12/02/2019

Certificação Número: 2019011403022169205093

Informação obtida em 17/01/2019, às 14:21:22.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

CAIXA Para você
para todos
os brasileiros

ACESSE SUA CONTA OK

A-CAIXA

REDE DE ATENDIMENTO

OUVIDORIA

DOWNLOAD

MAPA DO SITE

SEGURANÇA

IMPRESSÃO

Navegue pela CAIXA



Produtos e Serviços

Ajuda

Home | SERVIÇOS AO CIDADÃO | FGTS Empresa | Consulta
Regularidade do Empregador | Situação de Regularidade do Empregador
| Histórico do Empregador



:: Histórico do Empregador

O Histórico do Empregador apresenta os registros dos CRF concedidos nos últimos 24 meses, conforme Manual de Orientações Regularidade do Empregador.

Inscrição: 33683111/0001-07

Razão Social: SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS
SERPRO

Nome Fantasia: SERPRO SEDE

Data de Emissão/ Leitura	Data de Validade	Número do CRF
14/01/2019	14/01/2019 a 12/02/2019	2019011403022169205093
26/12/2018	26/12/2018 a 24/01/2019	2018122602274231864507
07/12/2018	07/12/2018 a 05/01/2019	2018120704274488141701
18/11/2018	18/11/2018 a 17/12/2018	2018111805170322325560
30/10/2018	30/10/2018 a 28/11/2018	2018103007375433774150
11/10/2018	11/10/2018 a 09/11/2018	2018101104522643450125
22/09/2018	22/09/2018 a 21/10/2018	2018092204120003745835
03/09/2018	03/09/2018 a 02/10/2018	2018090303401333204132
14/08/2018	14/08/2018 a 12/09/2018	2018081403385830198318
26/07/2018	26/07/2018 a 24/08/2018	2018072604133399739058
07/07/2018	07/07/2018 a 05/08/2018	2018070704055538218909
18/06/2018	18/06/2018 a 17/07/2018	2018061803022809320790
30/05/2018	30/05/2018 a 28/06/2018	2018053004073275850305
11/05/2018	11/05/2018 a 09/06/2018	2018051104120572074583
22/04/2018	22/04/2018 a 21/05/2018	2018042203292390321340
03/04/2018	03/04/2018 a 02/05/2018	2018040303314815216715
15/03/2018	15/03/2018 a 13/04/2018	2018031504034350092040
24/02/2018	24/02/2018 a 25/03/2018	2018022404542103374856
05/02/2018	05/02/2018 a 06/03/2018	2018020508235991818010
15/01/2018	15/01/2018 a 13/02/2018	2018011502241165894617
27/12/2017	27/12/2017 a 25/01/2018	2017122704032138437598
08/12/2017	08/12/2017 a 06/01/2018	2017120803095599017813
19/11/2017	19/11/2017 a 18/12/2017	2017111901260098504278
31/10/2017	31/10/2017 a 29/11/2017	2017103102185119143596
12/10/2017	12/10/2017 a 10/11/2017	2017101202165508614666
23/09/2017	23/09/2017 a 22/10/2017	2017092302225027572771
04/09/2017	04/09/2017 a 03/10/2017	2017090401151926470004
16/08/2017	16/08/2017 a 14/09/2017	2017081601440583734265
28/07/2017	28/07/2017 a 26/08/2017	2017072802121215429412
09/07/2017	09/07/2017 a 07/08/2017	2017070901394970209791
20/06/2017	20/06/2017 a 19/07/2017	2017062001245966926014
01/06/2017	01/06/2017 a 30/06/2017	2017060102211748460209
13/05/2017	13/05/2017 a 11/06/2017	2017051302364340747728
24/04/2017	24/04/2017 a 23/05/2017	2017042401050326481457

05/04/2017	05/04/2017 a 04/05/2017	2017040502111539169123
17/03/2017	17/03/2017 a 15/04/2017	2017031702085212381857
26/02/2017	26/02/2017 a 27/03/2017	2017022601134361527822
07/02/2017	07/02/2017 a 08/03/2017	2017020702583652268804
19/01/2017	19/01/2017 a 17/02/2017	2017011902005362942205
31/03/2001	31/03/2001 a 30/04/2001	2001033100003201269010
28/02/2001	28/02/2001 a 31/03/2001	2001022800003201269009
31/01/2001	31/01/2001 a 28/02/2001	2001013100003201269008



Resultado da consulta em 17/01/2019 às 14:36:09

☒ Dúvidas mais Frequentes

O uso destas informações para os fins previstos em lei deve ser precedido de verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **SERVICO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)**
CNPJ: **33.683.111/0001-07**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 16:38:31 do dia 16/01/2019 <hora e data de Brasília>.

Válida até 15/07/2019.

Código de controle da certidão: **1296.AABC.27E6.EAA9**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

[Nova Consulta](#)



Preparar página
para impressão



Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CNPJ : 33.683.111/0001-07

Data da Emissão : 16/01/2019

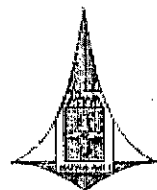
Hora da Emissão : 16:38:31

Código de Controle da Certidão : 1296.AABC.27E6.EAA9

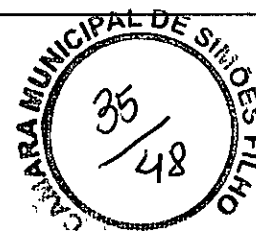
Tipo da Certidão : Positiva com Efeitos de Negativa

Certidão **Positiva com Efeitos de Negativa** emitida em 16/01/2019, com validade até 15/07/2019.

[Página Anterior](#)



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA



CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA

CERTIDÃO Nº : 035-00.099.086/2019
NOME : SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS - SERPRO
ENDEREÇO : SGAN QUADRA 601 MODULO V
CIDADE : ASA NORTE
CPF :
CNPJ : 33.683.111/0001-07
CF/DF : 0733474300103 - ATIVA
FINALIDADE : VERIFICACAO DE DEBITOS

CERTIFICAMOS QUE _____

CONSTA(M) DEBITO(S) SUSPENSO(S) POR RECURSO JUDICIAL.

Certidão Positiva com Efeito de Negativa, com base no art. 151 combinado com o art. 206 da Lei 5.172/66 – CTN.

Esta certidão abrange consulta aos débitos exclusivamente no âmbito da Dívida Ativa, não constituindo prova de inexistência de débitos na esfera administrativa.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

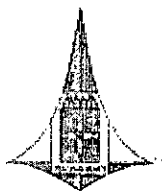
Obs: Esta certidão não tem validade para licitação, concordata, transferência de propriedade e de direitos relativo a bens imóveis e móveis; e junto a órgãos e entidades da administração pública. Para estas finalidades, solicitar a certidão negativa de débitos.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

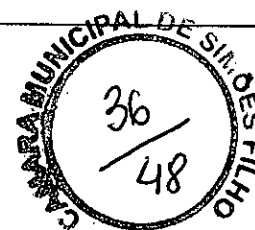
Válida até 17 de Abril de 2019.

Brasília, 17 de Janeiro de 2019.

Certidão emitida via internet às 14:23:53 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br



DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA



VALIDAÇÃO DE CERTIDÃO

Nº DA CERTIDÃO : 035000990862019
ARGUMENTO DE PESQUISA : 33683111000107
RESULTADO DA CERTIDÃO : CERTIDAO DE DIVIDA ATIVA - POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA
HORÁRIO DA EMISSÃO : 14:23:53
DATA DA EMISSÃO : 17/01/2019
DATA DA VALIDADE : 17/04/2019
FINALIDADE : VERIFICAÇÃO DE DÉBITOS
EMITIDA POR : INTERNET

Brasília, 17 de Janeiro de 2019.

Validação de Certidão realizada no endereço www.fazenda.df.gov.br



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
Gabinete da Presidência



AUTORIZAÇÃO

Ao
Sr. Edson de Almeida Souza
Diretor de Administração Geral da Câmara de Simões Filho

Prezado Senhor:

Autorizo na forma da lei, a instauração de todos os atos administrativos necessários ao cumprimento desse Processo Administrativo nº 007/2019.

Simões Filho/Ba, 17 de janeiro de 2019.


Orlando Carvalho de Souza
Presidente da Câmara



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
Secretaria da Câmara



Simões Filho, 17 de janeiro de 2019.

Da: Diretoria de Administração Geral
Para: o Setor Jurídico da Câmara M. de Simões Filho

Assunto: emissão de parecer sobre pedido de dispensa.

Estando devidamente cumpridas as formalidades concernentes ao Processo Administrativo, sob o nº 007/2019, previstas no art. 38 da Lei 8.666/93, após análise dos autos do processo, decidindo pelo deferimento do mesmo, em cumprimento ao disposto no inciso VI e parágrafo único deste mesmo artigo, encaminho este Pedido de Dispensa nº 003/2019, ao setor jurídico para apreciação e emissão de parecer favorável ou não, em conformidade com a Lei federal de Licitações e Contratos.

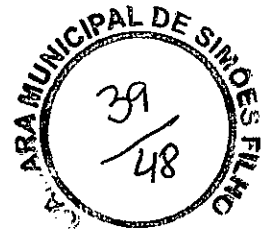
Atenciosamente,



Edson de Almeida Souza
Diretor de Administração Geral



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO - BA
PROCURADORIA JURÍDICA



PARECER JURÍDICO
Processo Administrativo Nº 007/2019

Da.: Procuradoria Jurídica

Para: Diretoria de Administração Geral

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: 003/ 2019.

Manifestação jurídica referencial à Legalidade da Contratação na modalidade de Dispensa de licitação: art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93. Requisitos legais. Pela possibilidade, desde que observadas as recomendações constantes neste opinativo.

Antes de adentrar no mérito da presente solicitação, vale fazer alguns esclarecimentos a respeito do processo licitatório na modalidade Dispensa.

Breves considerações a respeito do processo licitatório

É importante afirmar que a Constituição da República de 1988, em seu art. 37, XXI, tornou o processo licitatório *conditio sine qua non* para contratos — que tenham como parte o Poder Público — relativos a obras, serviços, compras e alienações, ressalvados os casos especificados na legislação. Assim, toda licitação deve se pautar em princípios e regras previstos no texto constitucional.

Praça da Bíblia, s/n – Centro – CEP. 43700-000 – Simões Filho – Bahia
Telefax: (71) 2108-7200 / 2108-7227
Site: www.camarasimoes.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO - BA
PROCURADORIA JURÍDICA



O art. 22 da Lei 8666/93 descreve as principais modalidades de licitação originalmente existentes, dando a cada uma delas particularidades bem definidas. Entretanto, o presente parecer buscar traçar pontos legais a respeito da Dispensa de Licitação destinada à Contratação da Empresa SERPRO – SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS, para a aquisição de Certificação Digital para a Câmara Municipal de Simões Filho.

Finalidade e Abrangência do Parecer Jurídico

A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados.

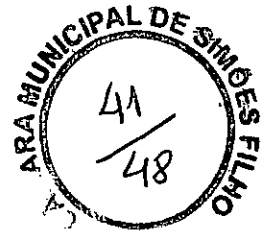
Nossa função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO - BA
PROCURADORIA JURÍDICA



De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Assim sendo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, bem como, os Atos Normativos que estabelecem as respectivas competências, com o fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si, não representa, a nosso ver, óbice ao prosseguimento do procedimento.

Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações.

Da modalidade Dispensa

A própria Lei n. 8.666/93 estabelece que a Dispensa de Licitação "é a modalidade para Contratação de Pequeno Valor, para, materiais, produtos, serviços e obras, que não ultrapassem o valor estimado por lei."

Observa-se que a referida modalidade deve observar o limite de valor até 10% (dez por cento) do previsto em lei para a realização de obras e serviços de engenharia e para compras e serviços, sendo que a mesma se distingue das demais pela simplicidade dada às fases e à publicação dos atos que a compõem.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO - BA
PROCURADORIA JURÍDICA



Diante do valor estimado para a contratação, é dispensável a presente licitação, nos termos dos artigos 24, inc. II e art. 23 inc. II, alínea a, da Lei Federal nº 8.666/93, *in verbis*:

“Art. 24. É dispensável a licitação:

I - ...

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

III - ...

(...)

Art. 23. ...

I - ...

II - para compras e serviços não incluídos no inciso I:

a) na modalidade convite - até R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais);

(...)

Veja-se que, a dispensa de licitação, presume-se a habilitação do licitante, estando cadastrado na correspondente especialidade e manifestando seu interesse com a apresentação da proposta.

Em razão do acima exposto, destaca-se a possibilidade de se formalizar a contratação nos moldes previstos no art. 62 da Lei n. 8.666/93, que autoriza, nesse caso, a utilização de “outros instrumentos hábeis” (nota de empenho, carta-contrato, autorização de fornecimento, etc.).



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO - BA
PROCURADORIA JURÍDICA



Art. 62. O instrumento de contrato é obrigatório nos casos de concorrência e de tomada de preços, bem como nas dispensas e inexigibilidades cujos preços estejam compreendidos nos limites destas duas modalidades de licitação, e facultativo nos demais em que a Administração puder substituí-lo por outros instrumentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

Claro está a intenção legislativa em se criar um procedimento mais simples capaz de buscar celeridade para a administração, e conseqüentemente afastar o apego às formalidades, afastando assim gastos desnecessários.

Perlustrando no Pedido de Dispensa de licitação, já constante dos autos, denota-se a existência de cláusulas necessárias, existe recurso orçamentário que assegure o pagamento das obrigações a serem executadas no exercício, sendo certo constar a autorização expressa do Presidente da Câmara Municipal para o início dos trabalhos.

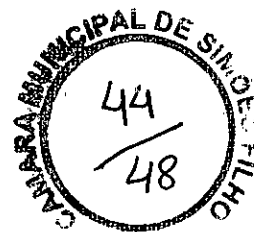
Por sua vez, seguiu todas as cautelas recomendadas pela Lei Federal n.º 8.666/93, possuindo o número de ordem em série anual, a indicação do nome da repartição interessada, sendo certo, ainda, constar a expressa indicação da modalidade, o regime de execução e o tipo.

Da Conclusão

Desta forma, tenho que o processo encontra-se respaldado na Lei n.º 8.666/93, não tendo nenhum óbice que possa ensejar a sua nulidade, manifesto-me pela regularidade da presente contratação direta, pela DISPENSA DE LICITAÇÃO, devendo a



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO - BA
PROCURADORIA JURÍDICA



mesma ser autorizada pela autoridade competente, se assim entender conveniente à Câmara Municipal de Simões Filho – BA.

É o Parecer

S.M.J.

Simões Filho, 17 de janeiro de 2019.


JOSUÉ NASCIMENTO SANTOS JÚNIOR
PROCURADOR JURÍDICO OAB/BA 27.034



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLE INTERNO



Simões Filho, 17 de janeiro de 2019.

Parecer nº 004/2019 – CI/CMSF

Processo Administrativo: 007/2019

Modalidade: Dispensa de Licitação nº 003/2019

Requerente: Comissão Permanente de Licitação – CPL

Objeto: Contratação empresa para fornecimento de Certificações Digitais com Token para o CNPJ e Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho.

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos Art. 31 e 74 da Constituição Federal, e Lei Municipal nº 712/2005 de 7 de dezembro de 2005 e demais normas que regulam as atribuições do Sistema de Controle Interno, referente ao exercício do controle prévio e concomitante dos atos de gestão e, visando orientar o Administrador Público, expedimos, a seguir, nossas considerações.

DOS FATOS

Ocorre que chegou a este setor de Controle Interno, para manifestação, Processo Licitatório, na modalidade de Dispensa de Licitação, para fornecimento de Certificações Digitais com Token para o CNPJ e CPF do Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho.

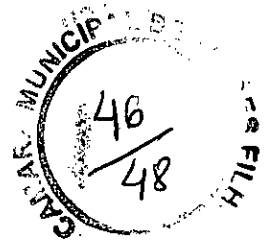
DA FORMALIZAÇÃO DO PROCESSO

- a) Consta nos autos despacho ao setor competente para indicação de existência de crédito orçamentário e pesquisa de preço;
- b) Consta nos autos indicação de existência de crédito orçamentário;
- c) Consta nos autos despacho da assessoria jurídica;
- d) Consta nos autos mapa comparativo de preços com apresentação de 3 (três) propostas.

Praça da Bíblia, s/n – Centro – CEP. 43.700-00 – Simões Filho – Bahia
Telefone: (71) 2108-7200
Site: www.camarasimoes.ba.gov.br



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
CONTROLE INTERNO



DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Dispensa de Licitação.

De acordo com a Lei 8.666/93, após a cotação, verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que possuir o menor preço, a habilitação jurídica, qualificação técnica, qualificação econômico-financeira, e regularidade fiscal, de acordo com o que reza o art. 27 da Lei 8.666/93, em seus incisos I, II, III, IV.

Em relação ao preço ainda, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

DA ESCOLHA

A empresa escolhida neste processo para sacramentar a aquisição pretendida foi o Serviço Federal de Processamento de Dados –SERPRO, autoridades certificadoras habilitadas pela Receita Federal do Brasil para adquirir o seu certificado digital padrão ICP-Brasil utilizado para envio de informações fiscais para a Receita Federal e Tribunal de Contas dos Municípios.

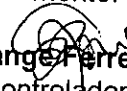
Valor: R\$ 831,00 (oitocentos e trinta e um reais).

DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 27 da Lei 8.666/93. Porém, excepcionalmente, a lei de regências prevê a possibilidade de dispensa de alguns dos documentos, notadamente, os previstos nos artigos 28 a 31, conforme estabelecido no § 1º do art. 32 da Lei 8.666/93.

Resta deixar consignado que a empresa contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal. Diante do exposto, esta Coordenadoria de Controle Interno opina pela REGULARIDADE do presente processo para fornecimento de Certificações Digitais com Token para o CNPJ e CPF do Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho.

É o parecer, salvo melhor entendimento.


Solange Ferreira Rocha
Controlador Interno
ATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2019



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
GABINETE DA PRESIDÊNCIA



RATIFICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições, após parecer favorável do setor jurídico, quanto a legalidade da aquisição de 01 (um) certificado digital modelo e-CPF A3 + TOKEN e 01 (um) certificado digital modelo e-CNPJ A3 + TOKEN, ambos com validade de 03 (três) anos, para a Câmara Municipal de Simões Filho, através da empresa abaixo mencionada, cumprindo o disposto no artigo 26 da Lei Federal 8.666/93, bem como o artigo 38, inciso VII e artigo 43, inciso VI, da mesma Lei.

RESOLVE:

Ratificar, Homologar e Adjudicar a Dispensa de Licitação nº. 003/2019, conforme a Lei Federal 8.666/93 autorizando assim, a emissão do empenho em nome da empresa SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO).

Simões Filho, 17 de janeiro de 2019.


Orlando Carvalho de Souza
Presidente da Câmara Municipal



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO
SECRETARIA DA CÂMARA



ATO DE PUBLICAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 007/2019

Por determinação do Exmo. Sr. Orlando Carvalho de Souza, Presidente da Câmara Municipal de Simões Filho – Ba, em cumprimento ao Art. 26 da Lei 8.666/93, após ratificação, adjudicação e homologação, autoriza a publicação da Dispensa de Licitação nº 003/2019, constante do Processo Administrativo nº 007/2019, tendo como objeto a aquisição de 01 (um) certificado digital modelo e-CPF A3 + TOKEN e 01 (um) certificado digital modelo e-CNPJ A3 + TOKEN, ambos com validade de 03 (três) anos, para a Câmara Municipal de Simões Filho. A contratada é a SERPRO – SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS, com o valor global de R\$ 831,00 (oitocentos e trinta e um reais). Dotação Orçamentária: Órgão/Unidade: 01.01.001 – Câmara Municipal de Simões Filho; Atividade: 01.031.001.2001 – Gestão das Ações das Atividades da Câmara; Elemento de Despesa: 33.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros/Pessoa Jurídica. Base Legal Art. 24 Inc. II, da Lei Federal 8.666/93.

PUBLICADO NO MURAL DA
CÂMARA MUNICIPAL DE
SIMÕES FILHO, EM 17/06/2019

Edson de Almeida Souza
Diretor de Adm. Geral da Câmara

DIÁRIO OFICIAL



CÂMARA MUNICIPAL DE SIMÕES FILHO

<http://ba.portaldatransparencia.com.br/camara/simoesfilho/>

EXTRATOS DE CONTRATOS – DISPENSAS DE LICITAÇÕES - 2019

A Câmara Municipal de Simões Filho torna público os resumos dos seguintes contratos de prestações de serviços/materiais: **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 001/2019** - Objeto: Prestação de serviços de licenciamento de uso de software de imprensa oficial eletrônico, solução composta de um site de imprensa oficial e um sistema gerenciador de publicação, que venha atender principalmente, a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Empresa contratada: EAC – EMPRESA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS LTDA/EPP; CNPJ nº 21.863.150/0001-07; Valor global de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais). Contrato nº 001/2019; Data da assinatura: 08/01/2019; Vigência: 08/01/2019 a 07/01/2020. Dotação: Órgão/Unidade: 01.01.001; Atividade: 01.031.001.2.002; Elemento de Despesa: 33.90.39.01.

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 002/2019 - Objeto: Contratação de empresa especializada para publicação dos Atos Administrativos da Câmara Municipal de Simões Filho, equivalente a 100cm/col (cem centímetros por coluna), no jornal impresso de segunda a domingo, conforme solicitação da Administração; Empresa contratada: EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S/A; CNPJ nº 14.583.041/0001-62; Valor global de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). Contrato nº 002/2019; Data da assinatura: 22/01/2019; Vigência: 22/01/2019 a 21/01/2020. Dotação: Órgão/Unidade: 01.01.001; Atividade: 01.031.001.2.002; Elemento de Despesa: 33.90.39.01.

~~**DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 003/2019** - Objeto: Aquisição de certificação digital para a Câmara Municipal de Simões Filho; Empresa: SERPRO – SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS; CNPJ nº 33.683.111/0001-07; Valor global de R\$ 831,00 (oitocentos e trinta e um reais); Data da assinatura: 17/01/2019. Dotação: Órgão/Unidade: 01.01.001; Atividade: 01.031.001.2.001; Elemento de Despesa: 33.90.39.99.~~

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 004/2019 - Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais de consumo (escritório), destinados a suprir as necessidades desta Câmara Municipal de Simões Filho; Empresa contratada: ADRIANA MIRANDA DE JESUS; CNPJ nº 16.796.314/0001-82; Valor global de R\$ 15.184,86 (quinze mil cento e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos). Contrato nº 003/2019; Data da assinatura: 25/01/2019; Vigência: 25/01/2019 a 24/03/2019. Dotação: Órgão/Unidade: 01.01.001; Atividade: 01.031.001.2.001; Elemento de Despesa: 33.90.30.03.

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 005/2019 - Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais para limpeza, destinados a suprir as necessidades desta Câmara Municipal de Simões Filho; Empresa contratada: D’COSTA COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI/ME; CNPJ nº 26.984.715/0001-10; Valor global de R\$ 13.003,90 (treze mil três reais e noventa centavos). Contrato nº 004/2019; Data da assinatura: 29/01/2019; Vigência: 29/01/2019 a 28/03/2019. Dotação: Órgão/Unidade: 01.01.001; Atividade: 01.031.001.2.001; Elemento de Despesa: 33.90.30.99.

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 006/2019 - Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de recargas de cartuchos e toner, para atender as solicitações da Câmara Municipal de Simões Filho; Empresa contratada: BENTECH COMERCIO INFORMÁTICA E SERVIÇOS EIRELI/ME; CNPJ nº 28.356.331/0001-88; Valor global de R\$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta reais). Contrato nº 005/2019; Data da assinatura: 30/01/2019; Vigência: 30/01/2019 a 29/03/2019. Dotação: Órgão/Unidade: 01.01.001; Atividade: 01.031.001.2.001; Elemento de Despesa: 33.90.30.05. Orlando Carvalho de Souza – Presidente da Câmara Municipal. Simões Filho, 04 de fevereiro de 2019.

ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

A Câmara Municipal de Simões Filho adjudica e homologa o resultado final das seguintes **DISPENSA DE LICITAÇÕES**: **DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 001/2019** - Objeto: Prestação de serviços de licenciamento de uso de software de imprensa oficial eletrônico, solução composta de um site de imprensa oficial e um sistema gerenciador de publicação, que venha atender principalmente, a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011; Empresa contratada: EAC – EMPRESA DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS LTDA/EPP; CNPJ nº 21.863.150/0001-07; Valor global de R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais). Contrato nº 001/2019.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil. Para verificação e detalhes da assinatura utilize o software BRv Signer ou o verificador de sua preferência.

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 002/2019 - Objeto: Contratação de empresa especializada para publicação dos Atos Administrativos da Câmara Municipal de Simões Filho, equivalente a 100cm/col (cem centímetros por coluna), no jornal impresso de segunda a domingo, conforme solicitação da Administração; Empresa contratada: EMPRESA BAIANA DE JORNALISMO S/A; CNPJ nº 14.583.041/0001-62; Valor global de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais). Contrato nº 002/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 004/2019 - Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais de consumo (escritório), destinados a suprir as necessidades desta Câmara Municipal de Simões Filho; Empresa contratada: ADRIANA MIRANDA DE JESUS; CNPJ nº 16.796.314/0001-82; Valor global de R\$ 15.184,86 (quinze mil cento e oitenta e quatro reais e oitenta e seis centavos). Contrato nº 003/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 005/2019 - Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de materiais para limpeza, destinados a suprir as necessidades desta Câmara Municipal de Simões Filho; Empresa contratada: D' COSTA COMERCIAL DE ALIMENTOS EIRELI/ME; CNPJ nº 26.984.715/0001-10; Valor global de R\$ 13.003,90 (treze mil três reais e noventa centavos). Contrato nº 004/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 006/2019 - Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de recargas de cartuchos e toner, para atender as solicitações da Câmara Municipal de Simões Filho; Empresa contratada: BENTECH COMERCIO INFORMÁTICA E SERVIÇOS EIRELI/ME; CNPJ nº 28.356.331/0001-88; Valor global de R\$ 4.850,00 (quatro mil oitocentos e cinquenta reais). Contrato nº 005/2019. Orlando Carvalho de Souza – Presidente da Câmara Municipal. Simões Filho, 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO - 2019

A Câmara Municipal de Simões Filho torna público o resumo do Termo Aditivo nº 002/2019; Processo Administrativo nº 005/2019, referente ao Contrato nº 021/2017; Empresa contratada: GREEN CARD S/A REFEIÇÕES COMÉRCIO E SERVIÇOS; CNPJ nº 92.559.830/0001-71; Objeto: Prestação de Serviços para o fornecimento de cartão-refeição (magnético ou eletrônico), para os funcionários e assessores da Câmara Municipal de Simões Filho, conforme as Normas do PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador); Valor mensal de R\$ 6.862,50 (seis mil oitocentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos). Assinatura do Termo Aditivo: 15/01/2019. Orlando Carvalho de Souza – Presidente da Câmara Municipal. Simões Filho, 04 de fevereiro de 2019.